

O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística¹

Itala MADUELL²

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Num momento de transição e de mudanças estruturais no jornalismo no Brasil e no mundo, este artigo propõe compreender o jornal impresso como um *lugar de memória* da cultura do país, produzindo sentidos que transcendem sua existência material. Estas reflexões são o ponto de partida para pesquisa sobre a formação do jornalismo cultural brasileiro, em estudo de caso do *Caderno B* do *Jornal do Brasil*, suplemento que circulou por 50 anos (1960-2010), a partir das memórias de jornalistas, atores sociais desta jornada, articulando as interfaces entre os estudos de jornalismo, memória e história.

Palavras-chave: história do jornalismo; imprensa; memória; *Jornal do Brasil*; *Caderno B*

Apresentação

Num momento de transição e de mudanças estruturais na produção jornalística (ADGHIRNI, PEREIRA, 2011; LOPES, 2011), no Brasil e no mundo, este artigo propõe observar o jornal impresso não somente como produto de um veículo de comunicação, mas como um *lugar de memória* do jornalismo e da cultura de um país, espaço de articulação de uma memória coletiva, social e profissional, de determinados grupos.

O texto enfoca questões presentes em uma pesquisa em desenvolvimento sobre o jornalismo cultural brasileiro, a partir do estudo de caso do *Caderno B* do *Jornal do Brasil*, suplemento cultural que circulou por cinco décadas no país, entre 1960 e 2010, e lançou tendências não só no jornalismo, mas em parte da sociedade brasileira, ao influenciar hábitos da vida social e produzir sentidos que transcendem sua existência material.

¹ Artigo submetido ao GP História do Jornalismo, no XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), sob orientação da professora doutora Ana Paula Goulart Ribeiro, e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (Nepcom), no projeto Memória do Jornalismo Brasileiro (www.memoriadojornalismo.com.br). E-mail: itala@puc-rio.br.

Muito embora se possa falar também em uma memória coletiva dos leitores, a ênfase aqui está notadamente nos envolvidos no processo de produção jornalística cultural que toma forma no *Caderno B* do *JB*. Interessam, aqui, as narrativas e as memórias dos jornalistas.

Para dar conta deste objeto, propõe-se articular obras de autores que atuam na interface entre os campos da memória social, da história e da comunicação (NORA, 1993; HALBWACHS, 2004; HUYSSSEN, 2000; RIBEIRO e FERREIRA, 2007; BARBOSA e RIBEIRO; 2011; RIBEIRO e HERSCHMANN, 2008; entre outros). Busca-se, com isso, inserir o trabalho numa perspectiva interdisciplinar, que possa render frutos para futuras pesquisas, articulando as interfaces entre os estudos de jornalismo, memória e história.

Em balanço dos estudos desenvolvidos na área de História da Comunicação e da Mídia no Brasil realizado por Ribeiro e Herschmann (2008), destacam-se algumas observações: 1) nas pesquisas de Comunicação, uma tendência ao “presentismo”, à contemporaneidade, com a análise histórica relegada a segundo plano; 2) no campo da História, o estudo dos meios e de suas práticas sociais ainda é modesto, apesar de a mídia, especialmente os jornais, ser amplamente utilizada como fonte primária; e 3) um predomínio de pesquisas monográficas centradas em temas ou períodos específicos, e poucos trabalhos de síntese que “sistematizem o conhecimento acumulado nas pesquisas específicas e possam funcionar como subsídio para futuras investigações” (op. cit., p. 19). Este artigo, assim como a pesquisa da qual se desdobra, nasce da disposição de trazer alguma contribuição neste sentido.

O *Jornal do Brasil* e o atual mercado de impressos

Fundado em 1891, o *Jornal do Brasil* passou por diversas transformações gráficas e editoriais ao longo de sua existência. Uma das mais relevantes foi a iniciada em 1956, que alçou a status de veículo dos intelectuais o jornal conhecido pelos anúncios classificados. O país vivia um momento de renovação, com crescimento econômico e promessas democráticas que estimularam o surgimento de jornais inovadores e a reformulação de veículos antigos, especialmente técnica (editorial e visual) e profissional, contribuindo para a formação e consolidação da própria identidade dos jornalistas. A reforma gráfica e

editorial do *JB* foi determinante, ainda, para consolidar a marca entre leitores e anunciantes, aumentando a tiragem à medida que ganhava feições modernas (RIBEIRO, 2002, 2003).

Idealizado por Reynaldo Jardim, o *Caderno B* foi lançado em 15 de setembro de 1960, com a proposta de ampliar a cobertura de cultura do jornal – que já vinha se intensificando no *Suplemento Feminino*, circulando então quatro dias por semana, e principalmente pelo *SDJB*, espécie de embrião do *Caderno B*. O projeto tinha à frente expoentes do movimento concretista, como o artista plástico Amílcar de Castro, os poetas Reynaldo Jardim, Ferreira Gullar, Augusto e Haroldo de Campos e Mário Pedrosa.

Foi o *Caderno B* que primeiro registrou e antecipou movimentos culturais que floresciam no Brasil à época, tempo da revolução dos costumes, da bossa nova, do cinema novo, do teatro político, do tropicalismo, das artes plásticas, do humor, da literatura, da moda, das turbulências políticas, como destaca o Centro de Documentação e Pesquisa do Jornal do Brasil³. Nas décadas seguintes, funcionou como antena da cultura e do comportamento especialmente do Rio de Janeiro, que deixara de ser capital federal, mas manteve o status de capital cultural.

Para Ferreira (2008), a tentativa de estabelecer uma demanda por informações referentes às manifestações culturais da época pode ter relação direta com a criação do *Caderno B* do *Jornal do Brasil* e de outros chamados segundos cadernos na imprensa. É na segunda metade do século XX que se registra no Brasil o surgimento e o sucessivo fortalecimento da produção cotidiana dos cadernos culturais pelos principais diários brasileiros (GADINI, 2009, p. 26): seguindo o *JB*, boa parte dos jornais do país lançou cadernos homônimos ou variantes⁴, como *O Estado de S. Paulo (Caderno 2)*, *O Dia (Caderno D)*; *O Globo (Segundo Caderno)*; a extinta *Tribuna da Imprensa (Tribuna Bis)*; *Diário do Nordeste (Caderno 3)*, *Zero Hora*, de Porto Alegre (*Segundo Caderno*); *Gazeta de Alagoas (Caderno B)*; *Correio do Estado*, do Pantanal (*Caderno B*), *Diário de Marília (Caderno B)*; *O Progresso*, de Dourados, Mato Grosso do Sul (*Caderno B*); *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa, Paraná (*Caderno B*); *Tribuna de Indaiá (Caderno B)*; *O Liberal*, de Belém (*Caderno L*).⁵ O modelo, copiado à exaustão, foi chegando a certo esgotamento e ganhando novos rumos, diante das novas práticas de consumo de notícias (LOPES, 2011).

³ Blog *Hoje na História*, do CPDoc *JB*. Post publicado em 15/9/2010, em referência aos 50 anos do nascimento do *Caderno B*. Disponível em <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=23614>. Última consulta: 4/3/2014.

⁴ Reynaldo Jardim contou que foi chamado a tocar jornais em Manaus e Belém, onde lhe encomendaram: “Eu quero igual ao *JB*. Pega um e faz igual” (BASTOS, 2008).

⁵ O grupo *Folha* lançara a *Ilustrada* em 1958, mas como suplemento de variedades, equivalente ao *Suplemento Feminino* do *JB*. Apenas em 1964 a *Ilustrada*, sob influência direta do *B*, muda de perfil (GONÇALVES, 2008)

Se uma série de fatores concorreu para o surgimento do *Caderno B* e seus congêneres, da mesma forma foram diversas as razões de seu fim, após 50 anos de circulação ininterrupta. A última edição impressa circulou em 31 de agosto de 2010, quando o *Jornal do Brasil*, após longa crise financeira e administrativa e queda vertiginosa da circulação, deixou de chegar às bancas, restando conteúdo on-line que já não guarda semelhanças com a antiga versão.

O estilo que consagrou ainda se faz presente nos veículos da categoria *quality paper*, que mantêm cadernos culturais diários. Mas as mudanças estruturais no jornalismo (ADGHIRNI e PEREIRA, 2011) evocam dúvidas significativas a respeito da sua manutenção, e não são raros os sinais de alerta, como o encolhimento de equipes e do número de páginas, a fusão ou extinção de suplementos e a migração para plataformas digitais, sob o apelo do novo modelo econômico e sociocultural. O fim do *Jornal do Brasil* se insere neste contexto de reconfigurações no jornalismo impresso, atribuído em grande medida ao desenvolvimento da internet, porém não limitado a isso (LOPES, 2011).

Se, por um lado, a tiragem de jornais brasileiros nesta segunda década do século XXI não vai propriamente mal, o que sustenta estes números são as publicações de circulação gratuita, como *Metro*, e os compactos populares, nada mais que versões impressas dos on-lines, com resumos curtos do noticiário, voltadas para leitores apressados nos meios de transporte a caminho do trabalho. De dentro, as empresas jornalísticas se perguntam qual o sentido de gastar tanto papel e tinta por tão pouco retorno. De fora, a pergunta cada vez mais procedente de Caetano Veloso: “Quem lê tanta notícia?”⁶.

A Pesquisa Brasileira de Mídia 2014⁷, trabalho do Ibope Inteligência para a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, confirma, além da posição hegemônica da TV (primeira opção de informação para 78% da população), a ascensão da internet, favorita de 12% dos entrevistados, superando pela primeira vez o rádio (8%); e o declínio do meio impresso, com jornais e revistas apontados como primeira opção de 1% da população. Na faixa etária de 16 a 25 anos, internet sobe para 25%, contra 4% do rádio e 0% – isto mesmo, zero – de jornais impressos e revistas. Cerca de 75% dos entrevistados nunca leem jornais impressos, contra apenas 6% que leem todos os dias.

Jovens nascidos nos anos 1990 – leitores e jornalistas – têm, portanto, apenas vaga ideia do que representou o *Jornal do Brasil*, um dos veículos mais importantes e longevos

⁶ *Alegria, alegria* (1967).

⁷ Foram realizadas entrevistas nos 27 estados brasileiros sobre os meios de comunicação mais utilizados, entre TV aberta, internet, rádio, jornal e revista. Em <http://www.slideshare.net/BlogDoPlanalto/pesquisa-brasileira-de-mdia-2014>.

da imprensa carioca e brasileira. Um ou outro manifesta certa simpatia – herdada de pais detentores da experiência vivida.

A questão geracional pode ser sintetizada nesta fala do jornalista Janio de Freitas⁸, um dos artífices da referida reforma do *JB*, sobre a perda do lugar de voz dos mais velhos: “A internet não tem culpa da má qualidade dos jornais. Jornais são ruins ou bons porque jornalistas são ruins ou bons. O fato é que o conhecimento deixou de ser transmitido aos novos: não há mais cabeças brancas nas redações”. A fala parece reverberar Benjamin: “Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração?” (BENJAMIN, [1933] 1994, p. 114). Ou ainda Halbwachs:

Assim, se encontrarmos mais tarde membros de uma sociedade que se tornou para nós a tal ponto estranha, por mais que nos encontremos no meio deles, não conseguimos reconstituir com eles o grupo antigo. É como se abordássemos um caminho que percorremos outrora, mas de viés, como se o encarássemos de um ponto de onde nunca o vimos (HALBWACHS, 2004, p.31).

Aproximações com o campo da memória social

Nas palavras de Nora (op. cit., p. 7), estaríamos vivendo a aceleração da história, que produz cada vez mais rapidamente um passado morto, a percepção geral de algo desaparecido. Mundialização, democratização, massificação, midiaticização teriam causado o desmoronamento da memória: o fim das sociedades-memória, que asseguravam a conservação e transmissão de valores; o fim das ideologias-memória, que garantiam a passagem regular do passado ao futuro ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar este futuro (idem, p. 8). Os lugares de memória nascem e vivem, portanto, do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos: “Se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, seriam inúteis (idem, p. 13)”.

Como observa o autor, quanto menos se vive a memória no interior, maior a necessidade de suportes exteriores. Ele cita a obsessão por arquivos no mundo contemporâneo – “da escrita à alta fidelidade da fita magnética: ao mais modesto vestígio, a dignidade virtual do memorável” (idem, p. 14) –, também tematizada por Colombo (1991),

⁸ Palestra realizada na Casa do Saber em 26/4/2013.

e a “memória de papel” de que falava Leibniz: nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa:

À medida que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe qual tribunal da história (idem, p. 15).

Irônico notar que o *Jornal do Brasil* foi o primeiro veículo brasileiro a se lançar na internet, em 1995, e boa parte de seu acervo, digitalizada, se encontra disponível on-line⁹. Isto não garantiu sua sobrevivência como veículo de comunicação. Fora de circulação no mundo real, resta o arquivo, espécie de dublê do jornal impresso, que muda de sentido e status por seu peso: “Não é mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida” (idem, p. 16).

Embora Nora não o tenha mencionado, como fez com “museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações”, assume-se aqui a premissa de que o jornal impresso pode, sim, ser compreendido como um lugar de memória. Na concepção do autor, lugares de memória têm necessariamente três sentidos: material, funcional e simbólico, em graus diversos. Cita como exemplo a noção de geração, que seria material, por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, ao garantir ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; e simbólica, em que um acontecimento ou experiência vividos por um pequeno número caracteriza uma maioria que dele não participou (idem, pp. 21-22).

Também no caso do jornal, articulam-se os três sentidos: material, tratando-se de um produto cultural, disponível para consulta em bibliotecas e bancos de dados; funcional, por seu caráter de prestação de serviços e informação; e, por último, pelo que representa no imaginário social: “Só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (idem). Ribeiro observa que, ao longo do século XX, o jornalismo se constituiu e se legitimou como um dos principais discursos semantizadores da realidade e das suas transformações. “Em outras palavras, a mídia possui uma legitimidade socialmente reconhecida. É considerada porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação social e, como registro da realidade, possui certa *aura*” (RIBEIRO, 2013, pp. 76-77).

Interessante observar como o enfoque sobre a memória e o passado traz consigo um grande paradoxo, registrando que, com frequência crescente, críticos acusam a própria

⁹ Estão acessíveis, por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://hemerotecadigital.bn.br/>), as edições no período entre 1950 e 2000. Há ainda o News Archive, do Google (<http://www.jb.com.br/paginas/news-archive/>).

cultura da memória contemporânea de amnésia, apatia ou embotamento, e destacam sua incapacidade de lembrar, lamentando a perda da consciência histórica. Huyssen aponta a ironia no fato de que é precisamente a mídia, desde a imprensa e a televisão até os CD-ROMs e a internet, que faz a memória ficar cada vez mais disponível, e provoca:

E se o aumento explosivo de memória for inevitavelmente acompanhado de um aumento explosivo de esquecimento? E se as relações entre memória e esquecimento estiverem sendo transformadas, sob pressões nas quais as novas tecnologias de informação, as políticas midiáticas e o consumismo desenfreado estiverem começando a cobrar seu preço? (HUYSSSEN, 2000, p.18).

Para Halbwachs (2004), só temos capacidade de lembrar quando assumimos o ponto de vista de um ou mais grupos e nos situamos em uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Para o autor, não é suficiente reconstituir a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança; é necessário que esta reconstrução se opere a partir de “noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade” (op. cit., p. 35).

Ao introduzir suas observações sobre memória coletiva e memória individual, o autor lembra que “apelamos aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma” (idem, p. 27). O *depoimento* não teria sentido senão em relação a um grupo do qual faz parte, acontecimento vivido em comum, e por isso depende do quadro de referência no qual evoluem o grupo e o indivíduo (idem, p. 13). Dizemos nos lembrar de acontecimentos a que, na verdade, não assistimos senão pelos jornais ou conhecemos pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Para reconstituir a lembrança destes acontecimentos, seria necessário juntar “todas as reproduções deformadas e parciais” de que é objeto entre os membros do grupo” (idem, pp. 54-55).

Como sugere Nora (op. cit., p. 18), quando a memória não está mais em todo lugar, ela depende de uma consciência individual que dela se encarrega: “Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória”. Se, como afirma Nora, lugares de memória são “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos idênticos” (idem, p. 13), os sujeitos só lembram a partir do ponto de vista de um grupo social específico, ao qual de alguma forma se vinculam: a memória está interligada diretamente às identidades sociais (RIBEIRO, 2003).

Ribeiro e Herschmann (2008) observam que os relatos memorialistas, de inquestionável valor para o pesquisador, devem ser considerados no interior da chamada cultura da memória, que impõe desafios teóricos. Halbwachs lembra que, como a lembrança aparece pelo efeito de várias séries de pensamentos coletivos em emaranhados, e não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma dentre elas, supomos que ela seja independente, e opomos sua unidade à sua multiplicidade. “Como supor que um objeto pesado, suspenso no ar por uma quantidade de fios tênues e entrecruzados, permaneça suspenso no vácuo, onde se sustenta por si mesmo” (HALBWACHS, op. cit., p. 52).

Marialva Barbosa e Ana Paula Goulart Ribeiro (2011) apontam que nas últimas décadas as pesquisas das chamadas ciências sociais deslocaram seu olhar dos livros para os sujeitos reais, num mundo que passa a ter significado a partir de ações humanas, após longo tempo em que a ênfase recaía sobre as funções, as instituições, permitindo que se pensasse a sociedade como se ela fosse desprovida de atores.

A valorização da subjetividade, contudo, deve ser problematizada: na contemporaneidade, a descrença numa verdade única produz, como efeito paradoxal, a ideia de que o gênero testemunhal é capaz de dar sentido à experiência, como adverte Sarlo. No entanto, “a rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas” (HALBWACHS, 2004, p. 14):

Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica (idem).

Sobre memória e história, passado e presente

Halbwachs distingue a “memória histórica”, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetado no passado reinventado; e a “memória coletiva”, aquela que recompõe magicamente o passado (op. cit., p. 14). Nora sistematiza as distinções entre memória e história, defendendo que a memória é a vida, em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, “inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações”, enquanto a história é a “reconstrução, sempre

problemática e incompleta, do que não existe mais”. Para este, “a memória é sempre suspeita para a história, cuja função é destruí-la e a repelir” (NORA, 1993, p. 9).

Esta ideia é retomada por Sarlo ao afirmar que o passado é sempre conflituoso, referindo-se à concorrência entre a memória e a história: “Nem sempre a história consegue acreditar na memória, e esta desconfia de reconstituição que não tenha em seu centro a lembrança” (SARLO, 2007, p. 9).

Sobre o fenômeno que chama de musealização do mundo, Huyssen observa que tais obsessões com a memória e o passado, frequentemente relacionadas ao *fin de siècle*, poderiam ser analisadas mais a fundo dentro de uma “cultura da memória” (HUYSSSEN, 2000, p. 15). Marialva Barbosa lembra que a consciência da História significa escolher entre uma multiplicidade de passados, que Heller chama de *tempos idos*. A visão de passado passa a ser dominada pela ideia de fim, de colapso, em que o fim *de um* mundo já não quer dizer o fim *do* mundo (HELLER apud BARBOSA, 2008, p. 86). Nossa percepção do passado, afirma Nora, é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer:

Chegamos, simetricamente, da ideia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história. O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre (NORA, op. cit., p. 8).

Se os lugares de memória são, antes de tudo, restos, marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade (NORA, 1993, p. 13), Ricoeur assinala que há uma profunda afinidade entre o rastro deixado e a tradição transmitida e recebida (apud BARBOSA, 2008). “O rastro designa, em função de sua materialidade inscrita no presente, a exterioridade do passado, que, dessa forma, se inscreve no tempo do universo” (HELLER apud BARBOSA, op. cit., p. 90). O rastro indica o aqui, no espaço, e o agora, no presente. O rastro orienta a caça, a busca, a investigação, a pesquisa. O significado do passado permanece preservado em seus vestígios, trazidos ao tempo presente e interpretados no presente numa cadeia de significação. Ou seja, a lembrança é a imagem que se produz do passado, o que se imagina como imagem deste passado no presente (idem).

Também para Bergson, nossa memória está sempre presente. Não corresponde a uma regressão do presente ao passado; ao contrário: é o progresso do passado no presente. A espacialização do tempo, que marca nossa tradição de pensamento, nos condicionaria a uma ideia igualmente espacializada do cérebro humano, visto pelo senso comum como “caixa de

memórias”. Pensamos assim pelo hábito de acreditar que o passado está abolido, uma ilusão que serve ao agir humano (BERGSON, 2001, p. 369, apud FERRAZ, 2008). Mas em que medida está abolido? E em que medida se faz presente – seja na prática do dia a dia da produção jornalística, seja na maneira de se ressignificar?

Como escreveu o jornalista e editor Ziraldo Alves Pinto, ao lançar a última reforma do *Caderno B*, em 2005, “o renascer das cinzas só existe no espaço de uma comemoração, e só renasce o que já morreu”¹⁰. Se os cadernos de cultura brasileiros surgidos na esteira do *Caderno B* do *Jornal do Brasil* hoje têm suas referências e práticas pautadas pela lógica de gadgets e aplicativos, sua matriz original ainda pode ser percebida nas versões impressa e digital, seja na aposta dos críticos; seja nos roteiros de programas e leituras, ou nos artigos de escritores consagrados e de vanguarda. Mas apenas por aqueles que a reconhecem; e, diferentemente do que possa parecer, não foi sempre assim.

Considerações finais

Lugares de memória funcionam fora da dinâmica cultural contemporânea. A vontade de lembrar que constitui os produtos dos meios de comunicação, mesmo jornalísticos, expressa a sensibilidade mnemônica própria desse mundo e sempre incorpora em algum nível a dimensão da espetacularização, da fragmentação, da rapidez, do entretenimento (RIBEIRO, 2013, p. 83). Porém,

a cultura da memória – que se expressa no desejo incontido de arquivamento, no impulso comemorativo, no rememorar nostálgico do passado, no dever da lembrança – não precisa se esgotar no consumo fetichizado ou no entretenimento banal. É possível imaginar que as lembranças, mesmo que se expressem de forma transitória e efêmera, podem também produzir reflexão e conhecimento (idem).

Referindo-se ao novo regime de memória instaurado na modernidade, em que, devido à aceleração da história definida por Nora e à necessidade de lugares de memória como compensação em um mundo em crescente mobilidade, Ribeiro cita Candeau (1998) ao observar que a inserção das novas tecnologias de informação e comunicação teria alargado nossa experiência para além das fronteiras territoriais que tradicionalmente definiam nossas comunidades de pertencimento (RIBEIRO, 2013, p. 68). Nossas identidades estariam sendo organizadas pela participação em comunidades transnacionais e

¹⁰ Capa do *Caderno B* de 1º/5/2005.

desterritorializadas. Por isso, a referência ao passado seria cada vez mais necessária. A memória contemporânea se constitui a partir do espírito do seu tempo, e funciona como uma forma legítima de reativação e de conhecimento das experiências do passado (idem).

Se lembrar é conflituoso, a própria história do *Caderno B do Jornal do Brasil*, como qualquer outra, nada tem de linear ou de unânime. A empreitada foi realizada mediante frequentes embates travados entre a direção e a redação, divergências entre os próprios jornalistas, questões de ego e de poder. No levantamento prévio já se evidenciaram alguns conflitos de versões¹¹. Como observa Ribeiro (2003), os relatos memorialistas se baseiam num olhar retrospectivo, a partir de certo distanciamento temporal em relação à realidade relatada, frágil como fonte de informação. “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, op. cit., p. 9).

Ao mesmo tempo, não se pode imaginar estes lugares de memória como uma espécie de oásis ou refúgio, onde ainda sobrevivam os mesmos mecanismos identitários:

Nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre passado mítico e passado real, um dos nós de qualquer política de memória em qualquer lugar. O real pode ser mitologizado tanto quanto o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade (HUYSSSEN, op. cit., p. 16).

Cabe ressaltar que boa parte dos depoimentos já conhecidos é de diretores de redação, editores, subeditores, o topo da hierarquia do jornal. São menos frequentes outras vozes da produção, tais como chefes de reportagem, repórteres, críticos, colunistas, redatores, diagramadores, ilustradores, fotógrafos, pessoas que trabalharam na pesquisa ou na chamada cozinha da redação por 10, 20, 30 anos, e nunca foram ouvidas pela “história oficial”. No máximo, deram seus testemunhos em livros como o de Alfredo Herkenhoff (2010), para o documentário *Avenida Brasil 500*, de Regina Zappa, Rogério Reis e Sergio Sbragia, ainda inédito¹², ou em blogs como o *Álbum Jotabeniano*¹³.

Tais considerações fazem parte do empenho para se compreender, no desenvolvimento da pesquisa que se encontra em estágio inicial, o jornal impresso como um lugar de memória do jornalismo brasileiro, e mais especificamente o *Caderno B do Jornal do Brasil* como um lugar de memória do jornalismo cultural brasileiro. Não se trata de esclarecer episódios “históricos”, mas antes enfatizar as múltiplas verdades contidas na

¹¹ Janio de Freitas, um dos jornalistas que participaram da reformulação editorial do *JB*, resiste em comentar a reforma, para ele “invasão por fraudes, invencionices, apropriações e atribuições indébitas” (BASTOS, 2008, p. 20).

¹² Em 2007, a jornalista, o fotógrafo e o cineasta convocaram ex-funcionários do *JB* para encontro na antiga sede da Av. Brasil 500, então abandonada. Dezenas de “ex-JBs” subiram ao 6º andar, o da velha redação, para dar seu testemunho.

¹³ <http://albumfotojotabeniano.blogspot.com.br/>. Última consulta: 4/3/2014.

experiência coletiva, em sua polifonia, incluindo aspectos do ambiente jornalístico, as rotinas de produção, os aspectos profissionais (RIBEIRO e HERSCHMAN, 2008).

Em artigo pioneiro da etnografia social, Michel de Certeau trouxe à luz estratégias inventadas por operários de uma fábrica que agiam em proveito próprio, que haviam ficado ocultas em meio à história dos grandes movimentos coletivos, narrada por seus dirigentes (CERTEAU, 1998). Assim, o projeto de pesquisa do qual o presente artigo representa um recorte propõe: a recuperação de depoimentos prévios de personagens a diferentes fontes, como livros (TRAVANCAS, 2011; HERKENHOFF, 2010; DINES, 1986, entre outros) e projetos como o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo¹⁴ e o Memória do Jornalismo Brasileiro¹⁵; revisão bibliográfica agregando trabalhos esparsos nos campos da Comunicação, da Memória e da História (entre os quais BASTOS, 2008, FERREIRA, 2008a e 2008b, LIMA, 2006); e a realização de novas entrevistas semiestruturadas com outras vozes, na intenção de possibilitar diálogos e ampliar os pontos de vista conhecidos, não em busca de uma verdade única e absoluta, mas sim de um painel de verdades, tão legítimas quanto distintas.

Referências bibliográficas

ADGHIRNI, Z.L.; PEREIRA, F.H.. **O estudo do jornalismo em tempos de mudanças estruturais**. In: Texto (UFRGS Online), v. 1, pp. 12-22, 2011.

BARBOSA, Marialva, RIBEIRO; Ana Paula Goulart. Comunicação e História: um entrelugar. In: BARBOSA, Marialva, RIBEIRO; Ana Paula Goulart (org.). **Comunicação e história** – Partilhas teóricas. Florianópolis: Insular, 2011.

BASTOS, Daniel Trench. **Tentativa e acerto, a reforma gráfica do Jornal do Brasil e a construção do SDJB**. 2008. Dissertação (mestrado). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), SP.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas** – Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense: [1933] 1994.

CERTEAU, Michel de. Uma cultura muito ordinária. In: _____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

¹⁴ Iniciativa do Sindicato do Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro: <http://www.ccmj.org.br/>.

¹⁵ Projeto da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), sob a coordenação da professora, jornalista e historiadora Ana Paula Goulart Ribeiro. Disponível em: <http://www.memoriadojornalismo.com.br/>

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 5ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. **Lembrar e esquecer em Bergson e Nietzsche**. Morpheus (UNIRio Online), v. 13, 2008.

FERREIRA, Vilma Moreira. **A contribuição do Caderno B do Jornal do Brasil durante o período de repressão política do regime militar**. Anais do 6º Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. Niterói: UFF, 2008.

GADINI, Sérgio Luiz. **Interesses cruzados: a produção da cultura no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Paulus, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HERKENHOFF, Alfredo. **Jornal do Brasil: memórias de um secretário**. Rio: Ed. do autor, 2010.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio: Aeroplano, 2000.

LIMA, Patricia Ferreira de Souza. **Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-85)**. Tese (doutorado). História Social, UFRJ, 2006.

LOPES, Fernanda Lima. **Jornalismo e suas crises: um olhar sobre as questões da tecnologia, do emprego e do diploma no Brasil**. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES e-Working Paper nº 107/2011.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez. 1993.

PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A memória e o mundo contemporâneo. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael. (Org.). **Entretenimento, Felicidade e Memória: forças moventes do contemporâneo**. São Paulo: Anadarco, 2013.

_____. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 1950. In: **Estudos de Comunicação**. Livro do XI Encontro Anual da Compós. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.

_____. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950?. Revista Ciberlegenda, UFF, nº 8, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. História da Comunicação no Brasil: um campo em construção. In: _____. **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X/Globo Universidade, 2008.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart, FERREIRA, Lucia Maria Alves (org.). **Mídia e Memória – A produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2011.